



1722 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS/RS: Emergência de escolas entre o final do século XIX e início do século XX

Marina Matiello - UCS - Universidade de Caxias do Sul

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de situar os primórdios da educação no município de Veranópolis, considerando as iniciativas em relação a instituições escolares na esfera pública e na privada. Utiliza os pressupostos teóricos da história cultural e o método de análise de documentos. Houveram poucas, porém diferentes iniciativas, tanto na esfera pública estadual como na privada. Apesar da primeira escola privada ter sido leiga, destacaram-se no município os colégios confessionais-católicos. Através do estudo acerca da emergência de escolas, entre o final do século XIX e início do século X, em Veranópolis/RS, foi possível mapear algumas dificuldades no processo de implementação das instituições escolares, assim como o lugar que a educação ocupava na visão do Estado. Houve tensionamento entre o público e o privado, que além de exprimir a diferença de classes e de estatuto, deixava transparecer a dualidade Igreja-Estado, havendo grande resistência da igreja católica em aceitar a educação laica. Ainda, foi possível perceber que a educação confessional-católica, por muito tempo, teve um status diferenciado no município, pois reforçava a importância dos valores morais vigentes na época.

Palavras-Chave: Educação, Veranópolis, história da educação.

PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS/RS:

Emergência de escolas entre o final do século XIX e início do século XX

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de situar os primórdios da educação no município de Veranópolis, considerando as iniciativas em relação a instituições escolares na esfera pública e na privada. Utiliza os pressupostos teóricos da história cultural e o método de análise de documentos. Houveram poucas, porém diferentes iniciativas, tanto na esfera pública estadual como na privada. Apesar da primeira escola privada ter sido leiga, destacaram-se no município os colégios confessionais-católicos. Através do estudo acerca da emergência de escolas, entre o final do século XIX e início do século X, em Veranópolis/RS, foi possível mapear algumas dificuldades no processo de implementação das instituições escolares, assim como o lugar que a educação ocupava na visão do Estado. Houve tensionamento entre o público e o privado, que além de exprimir a diferença de classes e de estatuto, deixava transparecer a dualidade Igreja-Estado, havendo grande resistência da igreja católica em aceitar a educação laica. Ainda, foi possível perceber que a educação confessional-católica, por muito tempo, teve um status diferenciado no município, pois reforçava a importância dos valores morais vigentes na época.

Palavras-Chave: Educação, Veranópolis, história da educação.

1.

Considerações Iniciais

Esse artigo apresenta, resumidamente, alguns dados sobre os primórdios da educação no município de Veranópolis, atentando a emergência de escolas na localidade. Está relacionado a uma dissertação de mestrado, que narra a história de uma escola confessional-católica no município, e ancora-se em pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, sobretudo nas contribuições dos historiadores Burke (1992), Le Goff (1994), Chartier (2016) e Pesavento (2008). A metodologia utilizada é a análise documental e fontes bibliográficas.

Para iniciar a narrativa, é importante contextualizar o município que tem população aproximada de 25 mil habitantes, está localizado na Serra Gaúcha, a 705m de altitude, distante 170km da Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Tem, atualmente, como limites: Bento Gonçalves ao sul, Cotiporã a oeste, Antônio Prado e Nova Roma do Sul a leste, e, ao norte, faz divisa com Vila Flores e Fagundes Varela. (PREFEITURA, s/d).

A ocupação do Rio Grande do Sul, e mais especificamente da Colônia Alfredo Chaves, está relacionada à chegada dos imigrantes no fim do século XIX. Duarte (1975) descreve o processo de colonização da chamada "região italiana", que começou por volta de 1869/1870, quando o governo provincial solicitou mais terras para o governo imperial, "supondo já tendo sido totalmente ocupadas as terras das chamadas Colônias Santa Cruz, Santo Ângelo (Cachoeira), Nova Petrópolis e Monte Alverne". (p. 24). O pedido de 32 léguas a mais de terras foi atendido, sendo determinada a demarcação dessa área no dia 24 de maio de 1870. "Paralelamente, o presidente da província, João Sertório, criava as Colônias "Conde D'Eu" e "Dona Isabel" (DUARTE, 1975, p. 24), constituídas pelos territórios pertencentes, atualmente, a Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente, dentre outros municípios. No entanto, de acordo com Duarte (1975), a província não conseguiu cumprir os acordos com o Império, tendo que passar as Colônias Conde D'Eu e D. Isabel para a administração do governo central que foi o organizador da vinda de diversas correntes europeias.

De acordo com o Relatório do Ministério da Agricultura – Inspetoria-Geral de Terras e Colonização – de 1º de março de 1889, na Província do Rio Grande do Sul, existia um serviço de alojamento e expedição dos imigrantes.

Acha-se devidamente organizado na capital o serviço de alojamento e expedição dos imigrantes, o qual desde o 1º de novembro [1888] é feito por contrato, encarregando-se o contratante de recebê-los à chegada na capital, alimentá-los e transportá-los até as sedes das colônias, providenciando para que neste trajeto sejam devidamente alimentados e agasalhados. [...] Na capital são alojados em um espaçoso edifício, pelo qual se paga o aluguel de 150\$ [cento e cinquenta réis] mensais, achando-se provido dos

Após a definição dos destinos, os imigrantes seguiam em vapores até São Sebastião do Cai ou até São João do Montenegro. Dos portos fluviais seguiam em carretas até a sede das colônias, de onde eram distribuídos pelos lotes, para os quais iam a cavalo ou a pé, assim como para a Colônia Provincial Nova Petrópolis. (DUARTE, 1995).

De acordo com o Relatório do Ministério da Agricultura, a Comissão de Terras e Colonização teve sua sede transferida do núcleo da Colônia Conde D' Eu para a Alfredo Chaves, em março de 1888. Durante o ano referido, tiveram entrada nos núcleos citados "1.726 imigrantes, na quase totalidade agricultores e chefes de família, de nacionalidade italiana, sendo 950 do sexo masculino e 776 do sexo feminino". (DUARTE, 1995, p. XII). No relatório consta, que desses, 1.424 ficaram no núcleo Alfredo Chaves, e que no triênio de 1890/1892, Alfredo Chaves recebeu 9.196 imigrantes, sendo, em sua maior parte, provenientes da península itálica. (DUARTE, 1995).

Conforme informações eletrônicas, o atual território de Veranópolis (PREFEITURA, s/d) que pertencia, desde 1830, a Santo Antônio da Patrulha, tinha como freguesias próximas Lagoa Vermelha e Vacaria. Com o tempo, os fazendeiros de Lagoa Vermelha foram abrindo picadas e penetrando na região da futura Colônia Alfredo Chaves, tomando posse das matas do rio das Antas para o cultivo de milho e extração de erva-mate. No local havia um ponto de encontro de tropeiros que passavam rumo a Montenegro. O lugar, que era o preferido para repouso e encontros, com uma elevação rochosa e ótima vertente de água recebeu o nome de Roça Reúna. Em 1884 foi instalada, nesse local, a sede da Colônia Alfredo Chaves, pertencendo à Lagoa Vermelha.

A nova colônia surgiu devido ao excesso de pretendentes aos terrenos nas antigas colônias, obrigando a Inspetoria-Geral de Colonização a fundar Alfredo Chaves para encaminhar esses excedentes populacionais. Farina (1992) ilustra a necessidade de fundação de Alfredo Chaves, ao informar que com a ocupação da Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), alguns imigrantes começaram a atravessar o rio das Antas à procura de terras para a agricultura. A área da colônia compreendia o território delimitado pelos rios das Antas, da Prata e Carreiro. (VERONESE, 1986). Assim, começaram a chegar imigrantes italianos advindos principalmente das Províncias de Treviso, Pádua, Cremona, Mântua, Beluno, Tirol e Vicenza. Pouco tempo depois, em 1890, os primeiros poloneses chegavam ao município. (PREFEITURA, s/d).

Em 1898, ocorreu a emancipação de Alfredo Chaves, passando à categoria de Vila. Assim, Veranópolis, 14 anos depois da chegada dos imigrantes, já havia galgado a condição de município. Porém, por existir outro município com o nome Alfredo Chaves, no Espírito Santo, foi oficializado o nome Veranópolis. (PREFEITURA, s/d). No livro *Centenário da imigração italiana* (1975), está exposto que o município recebeu a denominação Veranópolis em 26/2/1941, por sugestão do escritor e poeta Mansueto Bernadi. No entanto, a informação de Veronese é de que a necessidade da mudança de nome se baseava em determinação governamental, em 1944, "de que em todo o território nacional, houvesse um só nome para cada cidade e vila" e explícita que Veranópolis significa "cidade verão e, por extensão, cidade veraneio". (1986, p. 5).

2.

Escolas públicas e privadas: situando os primórdios da educação no município de Veranópolis

Pensar a educação de um município implica compreender diferentes concepções, percepções e teorias, assim como considerar os sujeitos e os percursos construídos historicamente. É importante ponderar, ao pensar a educação, que é preciso considerar a influência dos diferentes contextos e processos que a produziram. Sendo a educação produto e produtora de uma sociedade, para entender os processos educacionais, faz-se importante revisitar sua história.

Farina tece uma breve narração do início da educação na Colônia Alfredo Chaves e descreve que a mesma teve longa história no município, porém permeada por muitas deficiências.

Inicialmente surgiram algumas escolas particulares leigas, com aulas ministradas em italiano e até polonês. No final do século XIX foram criadas algumas escolas públicas subvencionadas pelo Estado ou Município [...]. No entanto, é fato comprovado pelos Relatórios, que durante várias décadas o ensino ficava em segundo plano, embora o discurso dos responsáveis dissesse o contrário. Em várias administrações, o número de soldados da Guarda Municipal era maior do que o número de professores. (1992, p. 223).

A partir desse trecho, é possível perceber a dificuldade de se estabelecerem escolas formais no município, principalmente quando se tratava da esfera pública. Fica claro que a educação não tinha a mesma importância que outros setores do município, e, pelo número de soldados, pode-se levantar a hipótese que uma das principais preocupações era a manutenção da ordem, revelando características de um Estado autoritário.

Nos Ofícios e Circulares do AHRs, a construção de uma igreja e escola é citada conjuntamente, em documento de 1888:

Durante o ano próximo findo deu-se começo aos trabalhos para a construção de uma igreja e de uma escola, na sede da colônia Alfredo Chaves. A igreja tem 36 metros de cumprimento sobre 14 de largura, e a escola 25 metros de largura sobre 9 de comprimento. [...] As obras da escola acham-se em adiantado estado de construção. Já foi concluída a alvenaria de tijolos e a coberta, faltando somente concluir as janelas, portas, reboco, criação mão-de-obra de assoalho. É provável que dentro de 40 dias a escola ache-se concluída. Com a escola dispendeu-se [a] quantia de 10:000\$000R\$ que foi para esse fim designado.

A primeira escola pública, subvencionada pelo Estado, tudo indica, de acordo com Farina (1992), que tenha sido criada no fim do século XIX, "na qual Adolfo Pinheiro Guimarães Dourado, nomeado em 1904 foi um dos primeiros professores. Substituído em 1906 pela esposa, professora Julieta Ribeiro Dourado". (p. 223).

Antes disso, em 1901, o professor e historiador Eduardo Duarte fundou o Colégio Brasileiro, com estatuto de escola particular e leiga, com regime de internato e externato para o sexo masculino. O colégio permaneceu em atividade até 1914, quando seu diretor Eduardo Duarte, se mudou para Porto Alegre, e a escola deixou de existir. (FARINA, 1992).

Unindo formação cristã e educação, pode-se mencionar a fundação de um convento de Capuchinhos na Vila de Alfredo Chaves. Costa (1997) cita os motivadores que fizeram com que o Frei Bruno solicitasse e obtivesse licença do bispo diocesano, de fundar o convento: "[Havia a] necessidade de ter uma casa suficiente para a Escola Seráfica (Seminário Menor da Ordem); as vantagens que oferecia Alfredo Chaves; a simpatia do povo e do Pe. Mateus". (p. 27).

Veronese (1986) também referencia a fundação do convento, que iniciou em Garibaldi, em 1898, e em 1902 contava com 20 seminaristas. O espaço físico disponível para a Escola Seráfica dos Capuchinos tornou-se, assim, insuficiente para alojar seminaristas, filósofos e teólogos que a frequentavam.

A solução adotada pelos superiores foi deslocar a Escola Seráfica. Ora, como aqui, na então Alfredo Chaves, já havia Capuchinhos auxiliares no serviço paroquial, este fato veio a facilitar a transferência da dita escola para cá, após alcançada licença da autoridade eclesiástica. (VERONESE, 1986, p. 33).

Costa (1997) e Veronese (1986) citam os freis que acompanharam os alunos, como o diretor Frei Edmundo Naves; os Professores Frei Germano de S. Sixt, o subdiácono Frei Francisco Maria de Ancey, o clérigo Frei Clemente de La Roche e os Irmãos religiosos Frei Estevão de Sagron e Frei Urbano.

Veronese (1986) descreve que os capuchinhos alugaram provisoriamente uma casa de proporções regulares na Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Depois de acomodados, trataram de providenciar um terreno próprio e amplo para construir "um pequeno Convento para os religiosos e um prédio adequado para a Escola Seráfica. Adquiriram um lote de tamanho regular a leste da cidade; lugar aprazível e encantador, bem no topo de uma colina; a posição mais elevada da cidade". (p. 33).

Costa (1997) informa que o convento foi edificado basicamente à custa da Província de Saboia e da Missão do Rio Grande, sendo inaugurado em 1º/1/1904. O Livro de Tombo da matriz (v.1) registra: "Desde aquele dia não cessaram, na bendita mansão, os estudos, a oração, a paz de Deus". (VERONESE, 1986, p. 33).

Além do convento dos capuchinhos, o projeto de um colégio cristão foi mencionado ainda em 1908, apesar de não ter sido efetivado na data referida. A partir da transcrição do Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, Costa refere:

Houve, nesse ano, uma primeira veleidade de fundação de um colégio de irmãos. O Cel. Pelegrino Guzzo, intendente, oferecia a este fim o prédio da diretoria das terras ou o edifício da intendência municipal. O Pe. Luis fez também tentativas neste sentido. Mas reparou breve que o terreno não estava ainda preparado. Ele não gozava a simpatia da vila. Faltava nos moradores o espírito de sacrifício e a exata compreensão da necessidade de uma escola cristã. Sobretudo a política local tornava-se uma luta de partidos entre italianos e brasileiros que finalizou-se no processo dos gafanhotos, assim a atenção pública foi completamente desviada da ideia de criação de um colégio. (1997, p. 45).

Percebe-se que houve a interferência de diferentes motivos para o adiamento, mas, em março de 1914, foi possível a abertura de um colégio de Irmãos Maristas. Com o auxílio do Frei Luís e de amigos influentes que emprestaram a quantia necessária para a construção do prédio, os Freis Capuchinhos, presentes no município desde 1901, compraram um prédio na parte superior da vila. O prédio, que havia sido utilizado pelo Colégio Brasileiro, foi acrescido de um pequeno pavilhão de madeira e se tornou o Colégio São Luiz Gonzaga. (FARINA, 1992). Não sendo suficiente a quantia arrecadada por ações, a intendência municipal auxiliou com o restante necessário, hipotecando o imóvel até que a dívida fosse quitada. O colégio, de acordo com Costa (1997), logo teve um bom número de alunos. O historiador cita o objetivo e a satisfação da Igreja Católica com a fundação do colégio, ao afirmar: "Entim a educação da mocidade tornar-se-ia francamente católica. Esta obra, que deu muito trabalho ao vigário, deu, no mesmo tempo, grande satisfação à sua consciência. *Dominus providebit et perficiet* disse o Frei Luís. (1997, p. 54).

Figura 1 - Primeiro prédio em que funcionou o Colégio São Luiz. Data: antes de 1923



Fonte: <https://sites.google.com/site/veranopolisrs/17---fotografias-mostra-da-historia>.

O Colégio São Luiz Gonzaga era destinado aos jovens das famílias da sociedade Alfredochavense e, pouco tempo depois, houve a necessidade de uma escola destinada, especialmente, às meninas e às moças da cidade que atendessem as filhas das famílias da localidade.

Para tal, as Irmãs da Congregação de São José, atendendo ao convite do Frei Luís de La Vernaz, então pároco de Alfredo Chaves, em 1917, chegaram ao município, dando início ao Colégio São José. (FARINA, 1992).

Fávero reproduz fragmentos do Livro de Tombo n. 1, da Paróquia São Luiz Gonzaga, de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), correspondente às páginas 40 e 41:

Fundação do Colégio das Irmãs de São José – Foi este o mais faustoso acontecimento de 1917. O Padre vigário fizera durante anos repetidas instâncias para o bom êxito desta obra, de cuja necessidade capital na paróquia desde muito tempo ele ficara convencido, porém lutava sempre com as mesmas dificuldades: falta de recursos, construção da Matriz, estabelecimento sobre as bases firmes do Colégio dos Maristas. Havia também dificuldades por parte das Irmãs que custosamente podiam fornecer de pessoal as suas casas já existentes. Enfim a Revma. Madre Joanna Victoria, Provincial das Irmãs de S. José no Rio Grande, avisou o Pe. Luiz que, no princípio deste ano teria sido possível a projetada fundação. As condições que propunha eram simples e vantajosas: uma casa provisoriamente alugada e provida da mobília necessária às Irmãs. Encontrou-se imediatamente uma ocasião providencial. O homem de bem que é o senhor Guilherme Giugno tinha levantado uma boa casa de taboas, com porão de material, poço e horta, manifestando o pressentimento que se tornaria mais tarde bastante cômoda para um Colégio. Ele ofereceria com aluguel adaptável ao número de alunas. O Pe. Luiz, com comissão escolhida por ele angariou donativos na vila. A generosidade das famílias, que compreendiam a utilidade da Obra, fez que em poucos dias houvesse a quantia necessária para mobília da qual fez-se presente às Irmãs sem condição. De acordo com a Madre Provincial resolveu-se de acrescentar à mensalidade de cada aluna a quantia de \$500RS para o aluguel da casa. Estando assim tudo preparado para a Rev. Madre Joanna Victoria, aos 29 de janeiro de 1917, dia de S. Francisco de Sales, tomou posse da casa e instalou a comunidade que compreendia quatro freiras: Madre Angela, Irmãs Olympia, Clemencia, Eugenia. Logo começaram as aulas e o Colégio gozou, desde o princípio de toda a simpatia da nossa população. Modestamente com zelo das almas que caracteriza sua Congregação e com espírito de sacrifício que admiramos, as Irmãs dedicaram-se à educação da mocidade, à limpeza e ornamentação da Matriz, com edificação da Paróquia. Os resultados foram lisonjeiros. Desde o primeiro ano notou-se o bom espírito das alunas e a plena satisfação das famílias. (1998, p. 395-396).

Costa (1997) apresenta a descrição da visita do Mons. Dr. Luís Mariano da Rocha, vigário-geral, às escolas Colégio Regina Coeli e Divino Mestre, no mesmo ano de inauguração, em 6/11/1917. O vigário-geral mencionou, no Termo de Visita, que foram festivamente recebidos pelos colégios das Irmãs de São José e dos Irmãos Maristas, além do povo e das autoridades. Sobre a visita aos colégios, consta: “Estão prósperos e fazem muito bem nestas (regiões)”. (COSTA, 1997, p. 60).

Como o número de alunos foi aumentando progressivamente, tornou-se necessário um novo local. Por isso, a congregação adquiriu o prédio da Intendência (Prefeitura Municipal), citado no Livro de Tombo. (FAVERO, 1998). Mais tarde, em 30/5/1948, com um novo prédio, o Colégio São José, “como preito de louvor e gratidão à Rainha do Céu, passou a chamar-se Regina Coeli”. (FAVERO, 1998, p. 396).

Figura 2 ? Vista geral do Colégio Regina Coeli



Fonte: Relatório da Verificação... (1949).

Na figura 2 observa-se o prédio do colégio Regina Coeli, imponente, e pela movimentação pressupõe-se tratar-se do dia da inauguração, que contava com a presença de autoridades, como o governador do Estado do Rio Grande do Sul Walter Jobim e o Bispo Diocesano Dom José Baréa, que benzeu o colégio.

De acordo com Farina, na entrada do edifício, foi colocada uma placa com os seguintes dizeres:

Ginásio Regina Coeli. Este educandário das Irmãs de São José foi construído pelo Engenheiro Hermínio Lima da Silva, por iniciativa da Comissão Pró-Ginásios de Veranópolis, da qual foi presidente Mansueto Bernardi, secretário Mansueto Dal Pai e tesoureiro Gomercindo Carlos Roehe. Era Provincial Madre Felicidade e diretora da Escola Madre Jeane Aimée. Foi inaugurado pelo governador Walter Jobim e benzo pelo Bispo Diocesano Dom José Baréa no dia 30.05.48. *Deo Gratias.* (1992, p. 230, grifo nosso).

A Comissão Pró-Ginásios, presidida por Mansueto Bernardi, foi organizada porque Veranópolis “carecia de maior espaço para o crescente número de rapazes e moças de famílias abastadas que pretendiam cursar o Ginásio”. (FARINA, 1992, p. 229). Nessa época, estavam em funcionamento no município o colégio São Luiz Gonzaga, dos Irmãos Maristas e o Colégio São José. De acordo com Costa (1998), tal comissão foi constituída com o objetivo de reformar o prédio dos Irmãos Maristas (para o ensino secundário masculino) e construir o Ginásio Regina Coeli (para as meninas). Franco (1998) cita a Comissão Executiva da Cruzada Pró-Ginásios de Veranópolis e os membros, já citados, que foram marcantes na busca de escolas para o município e que estão na origem do Colégio Regina Coeli. Tal colégio, de acordo com a autora, “nos anos da década de 1950 e nos anos iniciais de 1960, recebia alunas internas de diversas localidades do Estado”. (FRANCO, 1998, p. 101).

Em 1954, a escola passou a ser denominada *Escola Normal Regina Coeli*, pois foi criado o curso de Formação de Professoras Primárias e Pré-Primário. Em 1969, com o número reduzido de Irmãs de São José e de Irmãos Maristas, a comunidade assumiu os dois educandários: a Escola Normal Regina Coeli e o Ginásio, e a Escola Técnica Divino Mestre. Para tal, foi criado o Cecovea. A partir de então, os colégios começaram a trabalhar com turmas mistas. (PESSIN, 1998).

O Cecovea é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que não remunera seus dirigentes voluntários. Tais dirigentes são eleitos pelo Conselho Deliberativo, que é composto por pais, alunos maiores e, eventualmente, por colaboradores aprovados por Assembleia Geral.

O Colégio São Luiz Gonzaga, administrado pelos Irmãos Maristas, esteve em funcionamento de 1914 a 1946, ano da mobilização para a

melhoria do ensino no município, com a "Cruzada Pró-Ginásios de Veranópolis". Como o prédio não apresentava as condições mínimas, o Colégio São Luiz Gonzaga foi extinto, sendo construído um novo prédio no local, que abrigou o então denominado Ginásio Divino Mestre, ao qual se anexaram a Escola Técnica de Comércio São Luiz e os cursos primários. (FARINA, 1992). O ginásio iniciou suas atividades em 1947, permanecendo em atendimento até 1969, ano em que a comunidade assumiu dois educandários: a Escola Normal Regina Coeli e a Escola Técnica Divino Mestre.

Tanto o convento, como o Colégio dos Irmãos Maristas e o Colégio São José, foram referência na educação católica no município, atuando principalmente na educação da mocidade católica da elite de Veranópolis e região.

No entanto, podemos citar também uma escola leiga como referência, a saber, a Escola Estadual de 1º Grau Felipe dos Santos, criada em 1916, com o nome de Grupo da Vila de Alfredo Chaves, que teve inicialmente como diretor, o professor nomeado pelo estado, Adolfo Pinheiro Guimarães Dourado. Até 2010 a instituição foi denominada de Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe dos Santos, sendo a "escola mais antiga em atividade permanente no perímetro urbano". (FARINA, 1992, p. 223). As matrículas iniciaram em 1º/6/1916, com alunos originários de "Escolas que se agruparam". "O grupo escolar começou a funcionar com 189 alunos, em 3 classes e 2 níveis". (PELLICOLI, 1998, p. 495).

O grupo escolar da Vila de Alfredo Chaves, inicialmente, estava localizado em uma casa particular, na Rua Carlos Barbosa, locada pelo estado. Depois passou para a Av. Dr. José Montauray, onde permaneceu por curto período. Em 1925, o Grupo Escolar teve como locação a casa de Guilherme Giugno, na Rua Marechal Floriano Peixoto, prédio que havia sido ocupado anteriormente pelo colégio das Irmãs de São José. Em 1930, a Intendência já tinha o terreno que seria doado para a construção do prédio, mas só em 1942, com recursos do governo do estado é que foi construído o atual prédio, na Avenida Osvaldo Aranha, sendo inaugurado no dia 1º de setembro de 1943. (PELLICOLI, 1998). Em 2011, a escola foi municipalizada e passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Felipe dos Santos.

Na transcrição do Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, realizada por Costa (1997), no ano de 1920, o vigário Frei José de Bento Gonçalves, em resposta à circular do dia 15/11/1920 sobre as escolas, afirma a existência de três colégios na sede da paróquia e 17 escolas municipais, "podem-se dizer católicas por serem os professores, dois excetuados, todos católicos, como também os alunos que as frequentam". O Frei José fez uma breve descrição de cada colégio da vila:

a) Colégio São Luís, dirigido pelos irmãos maristas, congregação já amplamente conhecida em toda esta arquidiocese, conta [com] avultado número de alunos externos e não poucos pensionistas internos. Há 4 professores e 2 ajudantes. Um dos professores é subvencionado pela intendência municipal, tem porém a obrigação de receber gratuitamente na escola ao menos 15 alunos pobres. O número de alunos matriculados neste colégio durante o ano de 1920 foi de 165, dos quais 100 [são] externos e 65 internos. O prédio onde funciona o colégio vai pertencer brevemente à congregação dos Maristas. Neste colégio se ensina o catecismo e todos os domingos os alunos (frequentam) assistem a prática e as lições de catecismo dadas pelo vigário na igreja matriz. Nos domingos e festas a maior parte deles recebem a sagrada comunhão e todos assistem a missa paroquial.

b) Colégio São José, dirigido pelas irmãs de São José, também conhecidas em toda esta arquidiocese pela dedicação, zelo e abnegação com que ajudam os vigários no ensino do catecismo, limpeza das igrejas, enfeites das mesmas... Nenhuma das 4 professoras recebe subvenção do município ou estado. O número de alunas matriculadas neste colégio no ano de 1920 foi de 155, sendo só 4 as internas. O externato é misto, isto é, recebem na escola meninas até uma certa idade, praticamente porém poucas. Este colégio está ainda funcionando num prédio alugado, brevemente porém terá terrenos e casa própria.

b) Grupo Escolar – No meio dos colégios católicos não podia o *inimicus homo* faltar de colocar o seu virulento ninho... o demônio abriu de fato a sua escola; é o grupo escolar. Forma o corpo docente deste colégio um grupo de professoras leigas cujo atual diretor é um ateu cortejado de todos os triviais erros que ordinariamente acompanham o ateísmo. Este colégio que pelo passado não tinha tido grande sucesso recebeu novo impulso com a vinda do atual diretor que para enganar mais facilmente os incautos deu ao ensino uma tinta de nacionalismo promovendo festivais, celebrando datas nacionais com representações e dramas, conseguindo assim ganhar à própria causa diversas famílias. (COSTA, 1997, p. 72).

Depois de tecer os comentários a respeito dos colégios, o vigário, Frei José de Bento Gonçalves, também apresenta um breve comentário a respeito das escolas:

Como já tive ocasião de dizer, as escolas desta paróquia são escolas municipais, funcionam porém quase todas em prédios pertencentes às nossas capelas, em terrenos volturados à Mitra desta arquidiocese. Para obter escolas os fabriqueiros das capelas mandaram construir perto das capelas modestas casinhas que servem ao mesmo tempo para as escolas e para as diversas reuniões e conselhos das capelas. Os professores e professoras são ordinariamente bons católicos, devem porém no ensino obedecer aos programas do Estado e do Município. (COSTA, 1997, p. 73).

Por se tratar da transcrição do Livro de Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga da Colônia Alfredo Chaves, evidencia-se nas considerações a respeito da escola a preocupação com a religiosidade, sendo bem-vistas apenas as escolas e professores católicos. Mesmo as escolas públicas municipais estavam ligadas à Mitra, utilizando, inclusive, suas acomodações. O grupo escolar, por não estar vinculado à Igreja, é descrito de forma negativa pelo vigário, que procura justificar por que é frequentado por diversos alunos e suas famílias, remetendo-se a ações voltadas ao nacionalismo. Ou seja, mesmo que, nacionalmente, se buscasse uma escola laica, gratuita e universal, em Veranópolis, assim como no restante do País, a Igreja apresentava grande resistência a essa forma de ensino.

Tal resistência pode ser explicada com a cisão da Igreja e do estado, ocorrida em 1889, com a Proclamação da República. A partir de tal cisão, "os bispos brasileiros empenharam-se na obra de recatolização da sociedade e do estado". (CHORNOBAI, 2005, p. 193). A Igreja, então, ao formar dioceses nos estados brasileiros, "passou a dispor de um sistema interno de governo, com a concentração de recursos organizacionais compatíveis com as novas realidades dela, externas e internas: dignitários, seminários, pessoal eclesialístico, escolas" (p. 193-194).

Nos primórdios da educação em Veranópolis, fica evidente o movimento contraditório existente entre estado, ao propor uma escola laica, e a Igreja, que organiza escolas confessionais católicas, com a preocupação de manter os valores religiosos tradicionais dos imigrantes europeus, fortalecendo o movimento de recristianização da sociedade. Tal proposta educacional interessou não só aos católicos, mas também às elites conservadoras, que, mesmo com uma posição política liberalista, educavam, de forma geral, seus filhos em escolas conservadoras católicas. Dessa forma, o ensino católico foi ganhando força, sendo "promovido pela presença cada vez mais numerosa de institutos europeus, pontas de lança do episcopado na implantação do projeto ultramontano". (CHORNOBAI, 2005, p. 198). De maneira geral, estado e Igreja preconizaram movimentos educacionais, que, de uma forma ou outra, possibilitaram avanços no sistema educacional, inclusive em Veranópolis.

Ao analisar o percurso da educação no município, pode-se afirmar que o estabelecimento de colégios confessionais-católicos, dos Irmãos Maristas e das Irmãs de São José, adquiriu grande importância, com a justificativa, principalmente, de proporcionar uma educação cristã os filhos das famílias veranenses. No entanto, no município, observa-se que é o conjunto de instituições públicas e privadas que garantiu o acesso à educação, mesmo que nos primórdios, a distinção de classes sociais marcou profundamente o contexto educacional e determinou, através de diferentes variáveis, o nível de ensino possível para muitos veranenses, ao considerar que, inicialmente, o ginásio (que pode ser comparado ao Ensino Médio atual) era oferecido apenas em instituições privadas de ensino.

Para concluir, ressalta-se que o estudo sobre os primórdios da educação no município de Veranópolis permitiu mapear algumas dificuldades no processo de implementação das escolas, assim como o lugar que a educação ocupava na visão do Estado. As iniciativas educacionais ocorreram tanto na esfera pública como privada, havendo tensionamentos entre ambas. O tensionamento, mais do que exprimir a diferença de classes e de estatuto, deixava transparecer a dualidade Igreja- Estado, havendo grande resistência da igreja católica em aceitar a educação laica. Ainda, foi possível perceber que a educação confessional-católica, por muito tempo, teve um status diferenciado no município, pois reforçava a importância dos valores morais vigentes na época. Hoje, não há escola com estatuto confessional-católico no município, apesar de se manterem algumas práticas semelhantes no Colégio Regina Coeli, que já fora administrado pela Congregação das Irmãs de São José. Atualmente, as duas escolas particulares de Veranópolis possuem estatuto comunitário, sendo administradas por entidades filantrópicas e que merecem um novo estudo.

Referências

AHRS. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves e seus Imigrantes*: registro de Imigrantes na Colônia Alfredo Chaves de 1888 a 1892. Porto Alegre: EST, 1995. (Coleção Fontes).

_____. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves*: imigração e povoamento. Trans. e rev. de Paulo Roberto Staudt Moreira e Jorge Roberto Petersen. 1886-1888. Registro de Imigrantes. Porto Alegre: EST, 1997.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. De Santo Antônio a Veranópolis na década de 1920. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. P. 23-33

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 7-37.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 7-37.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CHORNOBAL, Gisele Quadros Ladeira. Respirando a fragrância da piedade cristã: considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levi Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 192- 219.

COSTA, Rovílio (Org.) *Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.

DUARTE, José Bacchieri. Os pioneiros. In: *Centenário da Imigração Italiana ? 875-1975 ? Rio Grande do Sul* Porto Alegre: Edel, 1975. p. 22-29.

_____, José Bacchieri. In: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Alfredo Chaves e seus Imigrantes*: registro de Imigrantes na Colônia Alfredo Chaves de 1888 a 1892. Porto Alegre: EST, 1995. (Coleção Fontes).

FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: Smed, 1992.

FÁVERO, Maria Leônida. Irmãs de São José no Campo religioso, cultural e social. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 395-399.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Fragmentos de ontem na ótica de hoje: caminhos compartilhados. In: COSTA, Rovílio (Org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 96-112.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª ed. Trad. de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

PELLICOLI, Delci Lopes da Silva. *Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Felipe dos Santos*. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 495-497.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSIN, Dalino. Regina Coeli: 80 anos de história na educação de Veranópolis. In: COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 399-401.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS. Disponível em: <www.veranopolis.rs.gov.br>. Acesso em 12 abr. 2018.

RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO PARA EFEITO DA CONCESSÃO DE "INSPEÇÃO PRELIMINAR" GINÁSIO REGINA COELI. Veranópolis, 1949.

VERONESE, Dionísio. *Colônia de Alfredo Chaves: cem anos de história religiosa. 1886-1986: centenário da primeira missa*. Canoas: La Salle, 1986.